

Agentes do poder: a atuação dos edis da Câmara do Natal na Independência da Capitania do Rio Grande do Norte no final do século XVIII

Cristiane Mirelle Araújo Santos*

INTRODUÇÃO

A capitania do Rio Grande do Norte, no final do século XVIII e início do século XIX, era subordinada à capitania geral de Pernambuco. Uma dependência que por muito tempo gerou certa incapacidade de progresso econômico e político-administrativo ao Rio Grande. Diante de tal retrocesso, entram em cena alguns personagens que atuaram de forma significativa no seu processo de independência, eram as autoridades da Câmara de Natal, os edis. Estes, relatando a real situação da capitania em alguns momentos, e, em outros buscando sua elevação nos cargos políticos como também, o respeito e admiração das autoridades portuguesas reivindicavam a independência política do Rio Grande e deveriam exercer seu posto de forma a contribuir para a melhoria da Capitania, como também prestar serviços e ter boa relação com a coroa. Entretanto, alguns representantes da Câmara, não estavam apenas interessados na independência e conseqüentemente na autonomia político-administrativa da capitania, o que estava em jogo eram também interesses políticos e a busca por mais prestígio social, tendo como objetivo a retribuição da coroa através de mercês ou outros atributos como, por exemplo, a mudança de cargos pelos quais através de requerimentos, cartas patentes, despachos eram solicitados incessantemente por estes camaristas. Isto contribuía para o aumento de disputas entre os mesmos, ocasionando conflitos internos relativos à administração da Capitania.

A independência serviu nesse momento como uma “arma” de controle na relação camaristas versus poder reinol. Pois, na medida em que eram solicitados a coroa pedidos para que acabasse a dependência da capitania perante a de Pernambuco, havia uma pressão dessas autoridades que reclamavam de vários prejuízos nos quais estava passando o Rio Grande, como o desperdício de recursos e o esquecimento de sua importância econômica em relação à outras capitanias que

* Bolsista de Iniciação a Pesquisa (PROPESQ/ UFRN) sob orientação do Prof. Dr. Lígio José de Oliveira Maia (DEH/UFRN). Graduanda em História/ UFRN.

ganhavam com essa dependência. Ressaltando para o fato de que apesar do desejo e da necessidade da Capitania do Rio Grande deixar de ser anexa a de Pernambuco, esses camaristas também pensavam em interesses políticos mais elevados e a partir disso, construiriam seus discursos em torno da independência.

Este trabalho não estará voltado especificamente para a independência da Capitania do Rio Grande do Norte, mas tratará de mostrar de que forma os edis da câmara de Natal atuavam nas questões administrativas e econômicas, e o poder que exerciam na construção de uma narrativa sobre a independência política através de seus vários discursos.

A atuação camarista no Rio Grande

A documentação manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino referente ao Rio Grande do Norte no período colonial (AHU-RN), apresenta vários documentos referentes a atuação do poder local diante da situação em que se encontrava a capitania, bem como o funcionamento do poder nas câmaras. São cartas patentes, despachos, ofícios, requerimentos, que demonstram relatos de algumas autoridades, solicitando à coroa mudança de posto, indicação de outras pessoas para cargos mais elevados, e em alguns casos, pedidos de mercês “para toda a vida”, pois assim a autoridade se manteria sem preocupação alguma. Isto pode ser visto nos documentos de maneira a observar que na maioria dos discursos transparece a real intenção dos edis. De certo modo podem-se identificar elementos que nos fornecem informações importantes. Um dos discursos enfatiza os benefícios que a Capitania do Rio Grande podia oferecer em se tratando da economia, em destaque para os vários produtos em abundância como o sal, o pau-brasil, o açúcar e tantos outros.

Esta cidade do Natal he a capital da dita capitania, e das mais antigas: tem de longitude mais de cento e vinte legoas que distam a do Norte para os [] com a capitania do Seara Grande, e para o sul com a Paraíba: a Barra desta cidade tem suficiência para por Ella entrarem embarçaõens de trez mastros, como já tem entrado, de outros muitos portos tão bem suficientes para qualquer[] por grande que seja: [] excellente Pao-Brazil, e tem saido delles, tão bem ha madeiras de construção: aqui se fabricão finissimos açucars: aqui tem a terra alguodons e arroz, generos de exportação, alem dos mais da primeira necessidade: as salinas de sal são as melhores que podem haver, quais são as do Assu e de Mossoró, que pode abundar não so para este[] mas ainda para toda a America¹.

Em outro documento, percebemos a continuação da imagem de uma capitania rica economicamente, com seus vários recursos e principalmente, seus representantes com a pretensão

de uma rápida independência. Trata-se de um despacho de um secretário informando que enquanto não crescer a povoação daquela Capitania, não poderá haver a subdivisão do governo que pedem.

Quanto a generos de exportação, aqui se fabricão asucariz excelentes, e se os cultores deste impor^{te}[importante] gênero desfassem no argumento dos seus canaviais, hé para que sempre lhe tem sido difícil a extração para Pern^{co}[pernambuco] para falta de embarcaosens que freqüentem o porto, e não haver uniformidade em os mesmos cultores para fomentar a sua saída, cuja inação talvez os tenha redusido a penuria. Aqui produz excelente algodão, e a impossibilidade dos que o cultivão há origem da se não augmentar e[] interessante ramo de comercio. Pao Brasil, o desta cap^{nia}[capitania] hé o melhor e[] comprofusão os outros generos da para necessidade, quais são farinha de mandioca, a-roz, o milho, para haver fortuna, não depende se não de[] favoráveis, para que as terras tem toda a capacidade para os produsir².

Mas, por trás de todo esse embelezamento pode ser evidenciada a pretensão do capitão-mor, aproveitando-se ele do momento em que a capitania se encontrava na busca por sua autonomia ao mesmo tempo em que, requeria à coroa alguns benefícios. Isto é, a imagem de uma capitania que estava sim passando por diversos problemas, mas que eram essas dificuldades que possibilitavam sua ascensão política.

Com base na documentação manuscrita e em sua análise, vão surgindo questionamentos a cerca da real intenção dos camaristas e o que poderiam fazer para conseguir o que almejavam. Não podemos apenas pensar que a Capitania do Rio Grande do Norte fosse sempre repleta da abundância de diversos produtos, que não faltava coisa alguma aos seus habitantes e, principalmente, a visão de que seus representantes estavam administrando da forma que eram mandados pela Coroa.

A partir destes questionamentos podemos constatar, através dos documentos manuscritos, duas versões em torno da independência política da Capitania do Rio Grande: a de uma Capitania que estava se desenvolvendo, sendo a exportação de certos produtos sua atividade em destaque, seus moradores em condições para manterem-se com o que lhes eram oferecidos, e que não havia a escassez dos gêneros alimentícios, como a farinha, o sal, o arroz e entre outros. Por outro lado, temos a imagem de uma Capitania que apresentava aspectos de abandono e de muita pobreza, como a falta de alimentos e um alto índice de doença advindo de um surto de bexiga assolando grande parte de seus habitantes. Segue abaixo um trecho informando o estado em que a Capitania se encontrava, estando seus moradores em difícil situação.

No dia 19 de Fevr^o[fevereiro] deste prez^e[presente] anno Tomei posse desta capitania do Rio Grande do Norte, da qual V.Ex^a me fes a Honra em carregar o governo dela, achando esta piquena cid^e[cidade] e suas vezinhanças no deploravel estado de mayor compaichão,

com huma Epidemia de bexigas q tem morto m^{ta}[muita] gente, e poucas cazas há tanto nesta cidade, como nas referidas vizinhaças que não expremtem o mesmo mal, sendo o meu mayor sentim^{to}[sentimento] a falta de todos os viveres que padecem, por me constar q alguns dos doentes chegarão a comer cocos e Mangabas, por não terem outro mantim^{to}[mantimento], e porque desde o prim^{to}[primeiro] de Jan^{to}[janeiro] lhe o dia da dita minha posse, se não tinha vendido aqui huã libra de carne no asougue, por se não ter Rematado³.

A datação documental torna-se bastante importante para se analisar tais acontecimentos históricos. O documento acima é do ano de 1791, data da posse do Capitão Mor Caetano da Silva Sanches, no qual relata a situação em que se encontrava a Capitania, passando por diversos problemas que afetaram sua estabilidade social. Em outro documento de 1799 encontramos o mesmo Capitão mor, após oito anos de seu governo, recorrendo à coroa mais uma vez, pedindo a autoridade do reino para que haja a separação administrativa da Capitania, com um discurso engrandecedor e cheio de atributos que possuía o Rio Grande. Para Caetano da Silva Sanches, a Capitania era privilegiada por estar no litoral, por possuir finíssimos açucars, o pau-brasil era o melhor, as salinas que enriqueciam as outras Capitánias eram as melhores do mundo, tudo isto presente na documentação manuscrita. Entretanto, o Capitão mor deixa transparecer às vezes, aspectos de seu próprio interesse. Na medida em que pede para que a Capitania deixe de ser anexa a de Pernambuco, ele informa o tempo em que esteve a serviço da coroa, a necessidade de ter um maior soldo e que também mereça tal posto. Diz ele: “Tenho servido a Sua Mag quarenta annos incluzive vinte tantos com a Patente de Sargento Mor, para que assim tão bem mereça algum Posto de assesso e mayor soldo para me poder sustentar neste Governo, e fora delle”⁴.

Nesse processo de instabilidade da Capitania do Rio Grande, outro agravante foi a grande seca de 1816, na qual provocou prejuízos enormes como o aumento na miséria e a fome deixando sua população em difícil situação e a economia que era agroexportadora, prejudicou-se ainda mais, pois houve uma forte queda na produção. A seca também repercutiu nas demais capitánias que estariam próximas à Pernambuco, provocando a diminuição da produção de cana de açúcar e de algodão, além de acarretar a perda de outros produtos.⁵

Pode ser percebido também, a partir destes pedidos uma relação de conflito e negociação⁶ com a coroa por parte desses representantes da Câmara. Conflito no sentido de que reivindicavam a independência, mas ao mesmo tempo requeriam algo além. E a coroa, apesar de estar inteiramente no controle, às vezes concedia as mercês, mudança de cargos políticos, ajuda militar e outros

recursos as autoridades locais. O que poderia acarretar em desordens maiores, caso não houvesse a negociação.

Conflito e/ou Negociação?

No intuito de aprofundar as questões de conflito e negociação por parte dos camaristas com o poder régio e metropolitano, temos a discussão do conceito e da dinâmica do Império português, na análise de Maria Fernanda Bicalho. As práticas políticas e administrativas na colônia dando enfoque nas estratégias de negociação entre as câmaras e o reino, são discutidas pela autora. Com isso, é de fundamental importância compreender a dinâmica que ocorria entre as autoridades locais e o poder central, e até que ponto os camaristas exerciam para além de seu cargo, suas práticas políticas e administrativas, bem como a busca por interesses próprios. Ao tratarmos da dinâmica imperial portuguesa e sua relevância nas relações políticas e administrativas, em um cenário mais amplo como o de Brasil, tomamos como referência os estudos de Antônio Manuel Hespanha. Em se tratando das “*redes clientelares*”, e as relações políticas existentes na colônia para com o poder reinol, o autor observa a formação de uma “cultura política portuguesa”.

A cultura política da sociedade portuguesa tinha como base as relações entre o Rei e seus vassallos. Neste caso, os representantes do poder central cumpririam as determinações e pareceres vindas do Rei. Essa cultura política era refletida por algumas práticas, tais como o estabelecimento de redes clientelares, onde duas partes envolvidas, por exemplo, o Rei e seus vassallos, mantêm uma contínua troca de favores efetuada geralmente de forma assimétrica. Existindo, assim, um sistema de mercês e a luta por cargos concelhios, que garantiam aos membros das elites locais a presença na hierarquia administrativa da colônia e instrumentos de negociação com a Coroa.

A última instância de liberação de mercês, aumento de soldo, mudança de cargo, e entre outros atributos, são aspectos que só deveriam ser determinados pelo Rei. E de certa maneira, os representantes das Câmaras fariam o possível para se auto-promoverem e ganharem mais prestígio social diante dos demais envolvidos na política local. Quando pensamos a sociedade de Antigo Regime no contexto de redes de reciprocidades, baseadas em relações pessoais torna-se importante analisar como se davam as relações entre os vários grupos que permeavam o âmbito político-administrativo e social.

Maria Fernanda Bicalho, juntamente com João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa, se posiciona em debates a cerca das câmaras, que em todo o Império, constituíram-se em canais de negociação direta dos poderes locais para com o Rei, sendo de grande importância para a construção e manutenção desse Império. O exercício de cargos nas câmaras garantia o direito a ser cidadão e o acesso aos privilégios estipulados pelas redes clientelares.

O potencial de negociação das Câmaras com a Coroa era muito grande. Elas podiam exercer pressão sobre as autoridades metropolitanas no sentido de evitar ou modificar as políticas propostas, ou ainda, de negociar um acordo menos ofensivo aos interesses coloniais. (BICALHO,2001:8-11)

Diante da importância maior de algumas câmaras, a do Rio Grande do Norte esteve de certo modo à margem de alguns assuntos referentes à economia, política e situação social do Brasil. Apenas, tinha determinações locais que dependeriam dos edis em sua melhor administração. Entretanto, os conflitos eram internos, e ocorria a disputa por privilégio de maneira a objetivar o interesse próprio. Mas, com a disputa entre grupos nessa rede de reciprocidades pelos cargos das câmaras legitimam o poder do Rei que tem a função de árbitro nessas decisões. A exclusividade de concessão de títulos e mercês atribuía ao monarca o monopólio de graduar e qualificar por seu próprio arbítrio, regulando ordens e hierarquias e a competitividade entre os súditos.

Pode ser constatada a existência de um “pacto político”, entre o Rei e seus súditos. Nesta perspectiva os autores referidos acima, nos lembra que esse pacto é forjado, através de seus órgãos de representação, isto é, as câmaras.

O que alimentava o pacto era a concessão de honras e privilégios por parte do Rei. O indivíduo ou o grupo que requeria uma mercê ou um bem ao Rei, reafirmava a obediência devida, alertando para a legitimidade de troca de favores e, portanto, da obrigatoriedade de sua retribuição. Ao retribuir os feitos de seus súditos, o monarca reconhecia-os como vassalos, identificando-o à metrópole e a si próprio, estreitando os laços e reafirmando o pacto político sobre o qual se forjava a soberania portuguesa. (FRAGOSO,2001:21-22)

A luta pelo prestígio era incessante. E muitas autoridades, especificamente do Rio Grande do Norte estariam a frente do poderio político e econômico.

Em sua obra “A independência do Brasil no Rio Grande do Norte”, Augusto Tavares de Lyra, enfatiza em uma passagem, a importância dos processos adotados pelos portugueses na colonização, e destaca a atuação dos Governadores e Capitães-mores nesse processo.

Os Governadores e capitães mores, em vez de procurarem atenuar e desvanecer, habilmente, as prevenções existentes desde a época da conquista, eram, em geral, homens voluntariosos e intolerantes, que se impunham mais pela violência e pelo arbútrio do que pela docilidade e brandura de normas de moderação e de justiça; e a união necessária e proveitosa que se devia estabelecer entre os dois povos se enfraquecia e anulava ante as injustas e desarrazoadas preferências dadas aos europeus (LYRA, 1972: 23-24)

No fragmento acima percebemos como as autoridades agiam desde o processo de colonização, tinham a característica de serem intolerantes, preferiam a violência à ordem, e isto levaria a confrontos de caráter social e até mesmo pessoal de ambas as partes. Os abusos das autoridades e as depredações dos colonizadores chegaram ao momento de mudanças, ocasionando conflitos e perturbações internas na colônia. Na tentativa de se tornar independente do Governo de Pernambuco e conseqüentemente por interesses próprios, os representantes da Câmara tinham a capacidade de persuadir a coroa. Isto é, de levar as autoridades reinóis à aceitação de certas práticas que envolviam a administração política da Capitania, como por exemplo, os incessantes pedidos de cartas-patentes, no intuito de crescerem nos cargos.

Os representantes do governo português que exerceram a administração na Câmara de Natal estariam então preocupados ou não com a real situação da Capitania e o que iriam fazer para mudar tal realidade, se torna um questionamento pertinente. “Embora agissem, mais das vezes, despoticamente e além de suas reais atribuições, na verdade pode dizer-se que estas limitavam-se aos provimentos interinos dos cargos de fazenda, justiça, milícia e guerra, e na concessão de sesmarias, dependentes de confirmação régia.(LEMOS;MEDEIROS, 1980:13-14)

Na medida em que capitães mores e governadores exerciam suas tarefas, outros almejavam tais postos. Isto é, criou-se certa disputa por poder, levando ao despotismo ou até mesmo conflitos de caráter ideológico, pois pensavam a independência de forma única, mas a questão política e os interesses predominavam com intensidade. Todo esse emaranhado de questões políticas por parte destes representantes e da própria coroa, pode ser evidenciada a formação de redes⁷, relações de poder. A intrincada rede de cargos e jurisdições que viabilizavam a presença da autoridade régia constituía-se numa extensa rede de relações políticas, cujo patrono era o próprio rei, ou na figura de seus conselhos e tribunais. É a partir destas relações que se pode caracterizar a lógica comum que informava diferentes estratégias dos vários agentes na disputa por ganhos materiais ou simbólicos. Quanto maior fosse o número de favores prestados, mais ampla seria a conversão dos recursos materiais e simbólicos aos representantes do poder camarário.

A concentração de poderes no topo da pirâmide não garantia, contudo, que tais redes fossem estanques. Por outro lado, a identidade corporativa de tais instâncias era constantemente atravessada por outras filiações, permitindo associações e a manipulação de múltiplas identidades, como as de parentesco ou de naturalidade. Crescia o leque de estratégias disponíveis e, proporcionalmente, as zonas de atrito e os agentes envolvidos. Por outro lado, o alto grau de autonomia e os precários mecanismos de controle das atribuições, derivados da incipiente burocratização dos ofícios régios e da polarização entre a base e o topo, estimulavam a formação de associações entre as posições situadas na base das diferentes hierarquias, tornando muito mais complexos os padrões de cooperação e conflito entre agentes do poder.

Dentro deste contexto de conflitos por privilégios, ocorria uma maior interação dos diferentes agentes do poder. Capitães mores e Governadores estariam sujeitos, de uma maneira ou de outra, à mudança de posto e conseqüentemente poderiam mudar a forma de atuar na administração da Capitania. A do Rio Grande do Norte foi uma das capitanias que mais conheceu Capitães mores, Governadores e outras autoridades que faziam parte do ciclo político presente em sua administração.

Os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário eram representados por diversas esferas do poder. O primeiro por Capitães mores e Governadores; No poder Legislativo a administração Municipal estava entregue ao Senado da Câmara. De princípio, estabelecido apenas em Natal com jurisdição em toda a Capitania, depois, com a colonização para o interior, foi sendo criado ao tempo que novas vilas e cidade surgiam. E por último o Judiciário, representado pelos juízes de fora, Juiz ordinário, Almotacé, Juiz da Vintena, Ouvidor e completando o quadro de funcionários, havia ainda os escrivães dos almotacés, os tabeliães do judicial e de notas junto aos juízes, ordinários ou de fora, os Alcaldes encarregados das diligências e mandados judiciais [...]. (LEMOS;MEDEIROS, 2001:17-18)

Autoridades como Caetano da Silva Sanches, sargento mor reformado, no qual posto “servira com honrado procedimento e zelo”, quando foi comissionado na mesma graduação e soldo do Regimento de Infantaria paga do Recife, teve sua relevância política diante dos problemas enfrentados na capitania do Rio Grande, como também requeria a coroa diversos pedidos de caráter próprio e que aumentara seu prestígio significativamente.

João Coutinho de Bragança, Capitão-general de Pernambuco também foi uma das referências políticas na capitania do Rio Grande, deixou seu legado, e diante disto, se autopromoveu através dos pedidos feitos a coroa.

Outra autoridade que se destacou no contexto político diante da Independência político-administrativa da capitania do Rio Grande do Norte, foi José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. Este era sargento mor de infantaria, no curso do seu governo, foi agraciado com o Hábito de cavaleiro professo da Ordem de Cristo e elevado ao posto de coronel de infantaria ao Estado Maior do Exército.

Diante destas e de várias outras autoridades, pode-se constatar o arsenal de cargos que os favorecia. Na medida em que estes agentes de poder se valiam de atributos como o número de anos de serviço, as situações de riscos que passaram mediante aos problemas da capitania, a exaltação de seus próprios feitos e entre outros fatores, ocorria ao mesmo tempo disputas internas entre os edis da Câmara, com o propósito de indicar parentes a cargos mais elevados, atribuição do aumento de soldos e a busca por mais prestígio social. Algumas Características da elevação política destes edis e de suas relações com os demais, e principalmente com a coroa, podem ser percebidas através de redes de intercomunicações envolvidas numa trama de poderes, com o objetivo de ascender social e politicamente no conflituoso jogo de interesses.

Considerações Finais

A Capitania do Rio Grande do Norte, no final do século XVIII, foi palco de diversas mudanças nos setores econômico, social e principalmente no cenário político-administrativo. Com toda a substituição de autoridades no poder, a luta por mais privilégios, e toda a efervescência do momento revolucionário, possibilitou-se ter um olhar mais cuidadoso com a pretensa independência da Capitania e o jogo político no qual girava em torno de interesses e de questões de caráter prioritário. Um importante passo decisivo para a independência da Capitania do Rio Grande do Norte foi o Movimento de 1817, no qual houve grande atuação da Câmara de Natal. Como as demais rebeliões da época, esta teve entre suas causas principais a rivalidade entre portugueses e brasileiros. Afirma-se que os brasileiros nunca alcançavam postos elevados nas milícias, que eram sempre comandadas por portugueses. Mas nesse contexto, o quadro econômico não pode ser esquecido. Secas constantes, queda no mercado internacional do preço do açúcar e do algodão levaram a uma recessão econômica de grande significado. Os abusivos impostos, cobrados pela metrópole para manter a corte portuguesa que ainda se encontrava no Brasil, completou o panorama do qual a revolução deflagraria.

Algumas complicações enfrentadas pelo Rio Grande, referentes ao âmbito econômico, seriam sanadas com a emancipação administrativa, como o fim das abusivas taxas de importação e exportação e de recursos que eram inteiramente oferecidos à Pernambuco.

Acredita-se que a emancipação administrativa do Rio Grande do Norte perante a capitania de Pernambuco tenha ocorrido após a revolução de 1817, e a insubordinação de Pernambuco perante a coroa lusitana, que por possivelmente sentindo-se pressionada com o corpo formado pelas capitanias insurgentes não desejava que a capitania do Rio Grande do Norte fosse a favor dos revolucionários. (MEDEIROS, 2001:42)

O discurso camarista em torno da independência política da Capitania do Rio Grande do Norte esteve rodeado de interesses e de fatores prioritários dos diferentes agentes que almejavam além do que possuíam. Mesmo com a emancipação político-administrativa, continuariam buscando outras formas de adquirirem privilégios, mercês, elevação de cargos e outros fatores que evidenciam esses objetivos. Através da documentação do Arquivo Histórico Ultramarino e da bibliografia consultada, podemos perceber a maneira como atuavam os edis da Câmara de Natal em relação ao processo de independência e como utilizavam tal acontecimento para se beneficiarem. Ressaltando a importância de tentarmos compreender o significado histórico desses discursos elaborados pelos representantes do poder real.

¹ OFÍCIO do [capitão-mor do Rio Grande do Norte], Caetano da Silva Sanches, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetendo uma carta para a rainha [D. Maria I] pedindo a separação administrativa da Capitania do Rio Grande do Norte da de Pernambuco. 15/ 10/1799. AHU-RN [Arquivo Histórico Ultramarino, Documentos Avulsos da Capitania do Rio Grande do Norte], Cx.8, doc.511.

² DESPACHO do [secretário de estado da Marinha e Ultramar, conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho], para que o oficial maior da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, João Filipe da Fonseca, responda às câmaras do Rio Grande do Norte (São José, Vila Nova do Príncipe, Vila Flor, Natal, Estremoz, Arês e Vila da Princesa), acerca do pedido que fizeram para que ao Rio Grande do Norte fosse concedida a independência do governo de Pernambuco, como aconteceu à Paraíba e ao Ceará; informando que enquanto não crescer a povoação daquela capitania, não poderá haver a subdivisão do governo que pedem. 31/03/1800. AHU-RN, cx.8, doc.514.

³ OFÍCIO do sargento-mor e governador interino do Rio Grande do Norte Caetano da Silva Sanches, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, sobre o estado da capitania à data da sua posse; epidemia de bexigas; escassez de carne, farinha e peixe; falta de militares e armamento. 15/10/1799. AHU-RN, cx,8,doc.511.

⁴ AHU-RN, Cx. 8, doc.511.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BARROS, Souza Edval de. *Redes de Clientela, Funcionários Régios e Apropriação de renda no Império Português*. Revista de Sociologia e política, nº17:127-146 Nov.2001.

BICALHO, Maria Fernanda. *Centro e periferia: pacto e negociação política na administração do Brasil colonial*. Leituras: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa, s.3, n.6. 2000.

FRAGOSO, J/BICALHO, M. Fernanda/GOUVÊA, M. Fátima (org). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa. (séculos XVI-XVIII)*, Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2001.

HESPANHA, Antônio Manuel. (org). *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*-Coletânea de textos. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

LEMOS, Vicente de & MEDEIROS, Tarcísio. *Capitães-mores e Governadores do Rio Grande do Norte. (1701-1822)*, Vol. II, Natal 1980, Ed. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

LYRA, Augusto Tavares de. *A Independência do Brasil no Rio Grande do Norte: algumas notas sobre a História Política do Rio Grande do Norte*. 1972, Rio de Janeiro, Ed. Pongetti.

MEDEIROS, de. Gabriel Eustáquio Pereira de Medeiros. *A auto afirmação político-econômica da Capitania do Rio Grande do Norte no início do século XIX*. 2011. 23f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

XAVIER, A. B., HESPANHA, A., M., “*As redes clientelares*”, in *História de Portugal* . O Antigo Regime (1620-1827), vol 4, Lisboa, Editorial Estampa, 1993.